

CDU - Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



LINHAS PROGRAMÁTICAS

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADE DO PORTO

***Fazer a diferença
no Porto!***

AUTARQUIAS
2017

TRABALHO • HONESTIDADE • COMPETÊNCIA

LINHAS PROGRAMÁTICAS DA CDU

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA A CIDADE DO PORTO

A candidatura da CDU tem um projecto de desenvolvimento para a cidade do Porto, uma visão estratégica para os próximos anos, assente em linhas programáticas e propostas concretas. Este projecto contempla a experiência adquirida pela CDU ao longo dos anos e tem por base o conjunto de propostas que têm vindo a ser apresentadas pelos seus eleitos nas mais diversas áreas.

É um projecto que faz a diferença, como fez a diferença no actual mandato em que a coligação Rui Moreira/CDS/PS e parte do PSD privatizaram serviços municipais, designadamente a limpeza urbana, os parómetros e o pavilhão Rosa Mota, deixaram degradar espaços públicos e bairros municipais, agravaram rendas de bairros camarários, tarifas de resíduos sólidos e estacionamento, manifestaram uma grande incapacidade de realizar obras e adiaram promessas como a recuperação dos mercados do Bolhão e da Sé, o alargamento do parque Oriental, do interface de Campanhã e a transformação do Matadouro, esqueceram associações populares e o desporto para todos.

Este projecto tem uma importância fundamental pelo contributo que pode dar na afirmação de uma alternativa política de esquerda para o Porto e para Portugal, na afirmação dos valores de Abril, na reposição de direitos e rendimentos dos trabalhadores, dos reformados e das populações mais carenciadas, na defesa de serviços públicos de qualidade designadamente nas áreas da educação pública, do serviço nacional de saúde, da segurança social e da segurança pública.

É um projecto que assenta na exigência de uma gestão transparente, de diálogo permanente com os munícipes e as suas organizações de base, capaz de construir as pontes necessárias para multiplicar esforços e vontades no desenvolvimento de uma cidade mais solidária na defesa da identidade do Porto, das suas gentes e do seu rico património material e imaterial.

Eis as 14 linhas programáticas do projecto da CDU:

1. Dar prioridade na gestão municipal às pessoas e defender a identidade do Porto

Dar prioridade às pessoas que vivem, trabalham e estudam no Porto em todas as áreas da gestão municipal, a qual deve ser transparente e visando o interesse público, com destaque para a habitação social, urbanismo, mobilidade, ambiente e limpeza urbana, cultura, educação, desporto e associativismo, combatendo as desigualdades e assimetrias, promovendo a inclusão, preservando as comunidades locais e a identidade do Porto e combatendo a transformação do centro da cidade numa espécie de Disneylândia.

2. Inverter a perda de habitantes permanentes, melhorar as condições de habitabilidade

A inversão da perda de população na cidade implica apostar em habitação social e a preços controlados, designadamente no centro da cidade, onde as habitações municipais devem ser para arrendamento e não para a especulação, apoiando o

sector cooperativo, lutando por condições dignas de habitação social em toda a cidade, com equipamentos sociais e colectivos, designadamente nos bairros sociais.

Resolver, a favor dos moradores e da habitação social, os graves problemas dos bairros do Aleixo, dos CTT e outros, de “ilhas” e património municipal. Pugar, junto do governo, por um programa específico que promova a reabilitação de centenas de “ilhas” privadas a favor dos seus muitos milhares de moradores e contra a especulação imobiliária.

Proceder à alteração do regulamento de habitação municipal tornando-o mais justo e solidário, estabelecendo um programa de intervenção nos bairros municipais em diálogo com os moradores e impedindo agravamentos exorbitantes das rendas, como aconteceu este ano, o que é tanto mais inadmissível quanto a Câmara Municipal tem um saldo positivo orçamental da ordem dos 66 milhões de euros.

Regular os serviços de turismo, procurando que o mesmo se distribua de uma forma mais harmoniosa por toda a cidade visando impedir os malefícios de um turismo sem regras e de grande concentração no centro histórico, que está a acelerar a expulsão dos moradores permanentes e a inflacionar os preços de habitação e de consumo. Incentivar outras actividades económicas geradoras de emprego com direitos.

3. Facilitar a mobilidade, melhorar o espaço público e resolver graves problemas de trânsito

Dar toda a atenção aos problemas de mobilidade no Porto, revertendo a privatização do sistema de parómetros, diminuindo a sua extensão e os preços na cidade, designadamente nas zonas residenciais, aumentando os parques de estacionamento periféricos gratuitos e outros integrados no Andante, o qual deve ter tarifas mais baixas designadamente para crianças, estudantes, pessoas portadoras de deficiência e reformados, dando prioridade aos transportes públicos em colaboração com a STCP, o Metro, os transportes ferroviários e os municípios vizinhos, pugnando pela rápida execução da nova linha do metro de S. Bento até ao Campo Alegre e calendarização para continuação até à Foz e Matosinhos, pela reactivação da linha de Leixões e pela execução da variante até Campanhã.

Elaborar e executar um programa de melhoria do espaço público, com reparação de ruas e passeios, o que inclui pavimentos, acessos, colocação de corrimões, melhoria da iluminação pública, reposição de árvores, dando especial atenção à inclusão e à mobilidade de pessoas idosas e com dificuldades diversas.

Lutar pela diminuição de preços dos transportes públicos, incluindo do Funicular dos Guindais.

4. Melhorar os serviços públicos municipais e defender os direitos dos seus trabalhadores

A resposta às necessidades dos munícipes implica melhorar serviços públicos municipais, remunicipalizar serviços privatizados e reduzir o número de empresas

municipais, valorizar os trabalhadores municipais e os seus direitos, aplicando o horário de 35 horas a todos os trabalhadores, incluindo das empresas municipais.

Anular privatizações de serviços públicos, incluindo na área dos resíduos urbanos, o que já custou mais 27 milhões de euros do que o anunciado na privatização. Resolver os problemas ainda existentes de precariedade no trabalho e praticar uma política de diálogo com os trabalhadores e os seus representantes legais (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos).

Facilitar o acesso dos munícipes aos serviços municipais e às reuniões dos órgãos municipais (Câmara e Assembleia Municipal), não obrigando a inscrição prévia.

5. Desenvolver a cultura participativa e inclusiva e apoiar a educação

Reforçar o Pelouro da Cultura e apoiar o desenvolvimento da vertente cultural da democracia numa perspectiva participativa e inclusiva, que não se fica pela cultura-espectáculo nem cultura como mero objecto de consumo e fruição, dando apoio autárquico à criação e aos criadores – designadamente do Porto e das suas escolas -, promovendo parcerias e apoio financeiro e técnico às associações culturais e populares, incluindo também jovens criadores.

Desenvolver uma política de promoção do livro e da leitura com uma rede de pequenas bibliotecas de freguesia e de bairro, apostando na resolução dos problemas de ampliação e outros da Biblioteca Pública Municipal do Porto, de apoio à Biblioteca Almeida Garrett para desenvolver projectos próprios e actualizar os fundos documentais e que valorize também roteiros de escritores e artistas que viveram no Porto.

Incentivar a defesa e divulgação do património cultural material e imaterial do Porto, apoiando devidamente as casas museu municipais, lutando pela refundação do museu etnográfico e concretizando os museus da indústria e do cinema, com projectos educativos de qualidade ao serviço das comunidades escolares e da população.

Anular a criação de mais uma empresa municipal na área da cultura e dar particular atenção ao funcionamento em rede dos espaços públicos em diálogo com as antigas e recentes associações culturais da cidade.

Criar um programa de dinamização cultural de equipamentos e espaços abandonados ou mal aproveitados (coretos, espaços cobertos em jardins e outros), em colaboração com os pelouros que gerem tais espaços. Encarar os equipamentos e espaços culturais não como fontes de negócio, mas antes como bens públicos ao serviço da população, dos criadores e das actividades culturais, desportivas e de lazer, articulando, em projectos concretos, as intervenções autárquicas nas áreas da Educação, da Cultura, do Ambiente e da Acção Social.

Defender o alargamento da rede da educação pré-escolar a todas as crianças, a melhoria das instalações e equipamentos dos diversos níveis de educação e ensino, não esquecendo as Escolas Alexandre Herculano e Infante D. Henrique, e apoiar políticas de ocupação dos tempos livres de crianças e jovens.

Promover, através de programas com eventos de diverso tipo (científicos, expositivos, de promoção da leitura, de divulgação), a comemoração dos centenários do nascimento de Sophia de Mello Breyner Andresen e de Papiniano Carlos.

6. Incentivar e apoiar o desporto popular

Criar o Pelouro do Desporto, apoiar o desporto popular, estabelecer parcerias com clubes e associações populares visando a garantia do desporto para todos nas suas várias áreas, dotando as zonas residenciais, designadamente bairros municipais, de equipamentos desportivos municipais de qualidade e disponibilizando-os gratuitamente aos clubes populares e aos moradores.

Incentivar a formação desportiva de crianças e jovens em colaboração com escolas, clubes desportivos e associações populares visando uma prática regular e generalizada do desporto por toda a cidade.

Desenvolver eventos desportivos em diversas áreas que incentivem e popularizem o desporto.

7. Incentivar e apoiar o movimento associativo e popular

Criar o Pelouro do Movimento Associativo, dando particular atenção às associações populares nas suas diversas vertentes da cultura, desporto, solidariedade social e lazer, visando a utilização saudável dos tempos livres, proporcionando-lhes os apoios necessários, tendo em conta o serviço público que prestam, as tradições das comunidades locais e a garantia da democracia participativa que asseguram.

8. Dinamizar a cidade, combatendo assimetrias e desigualdades sociais e territoriais

A cidade inclusiva que defendemos exige investimento público e incentivos diversos para criar projectos que sejam uma âncora ao desenvolvimento em toda a cidade, designadamente nas zonas periféricas de Campanhã, Paranhos e Ramalde, com respeito pelo ambiente e pelos moradores. Esses projectos podem incluir centros de congressos, pavilhões gimno-desportivos, conclusão do Parque Oriental, um centro cultural no antigo matadouro, abertura de vias que garantam ligações fáceis, como a Rua do Bacelo, em Azevedo.

Concretizar, com urgência, as obras de recuperação dos mercados do Bolhão e da Sé no respeito pelos seus comerciantes, tendo em conta que há muito deviam ter sido realizadas.

Criar gabinete de apoio às micro e pequenas empresas e às cooperativas visando uma maior dinamização e criação de emprego com direitos.

9. Desenvolver o Porto como Cidade Solidária

A gestão municipal deve ter uma vertente social forte, onde a criação de um Observatório Social pode desempenhar um papel significativo, com medidas de apoio e incentivo à Rede Social do Porto, num diálogo permanente que permita resolver os mais graves problemas sociais de abandono e de pessoas sem abrigo e dar respostas aos milhares de idosos que vivem sós na cidade.

Desenvolver linhas de apoio solidário, incluindo na habitação social, para jovens famílias, pessoas com carências e dificuldades especiais, designadamente na área da deficiência e nos casos de violência familiar.

Promover a igualdade e o respeito pela diversidade, lutando pelo reforço do necessário apoio social às pessoas mais carenciadas, designadamente idosos, crianças, pessoas com deficiência e seus cuidadores.

Tendo em conta que o Porto é uma cidade com população cada vez mais idosa, dar particular atenção à realização das obras necessárias no espaço público para facilitar a mobilidade.

10. Reforçar e melhorar o ambiente, a limpeza urbana e proteger os animais

Elaborar e executar um programa de ambiente que dê prioridade à limpeza urbana e atenção ao ruído, incentive o uso de transportes públicos, preserve jardins, parques e outros espaços verdes, melhore as suas condições de fruição com equipamentos diversos, incluindo parques infantis, circuitos de manutenção, mesas e bancos, pequenas bibliotecas, animação cultural e desportiva.

Criar espaços reservados ao convívio e socialização de animais de companhia e seus cuidadores, desenvolvendo campanhas de esterilização e de adoção de animais e de voluntariado que evite o abandono.

Melhorar a limpeza urbana e a salubridade pública, com mais e melhor limpeza urbana, incluindo a reparação e reabertura de sanitários e balneários públicos, a multiplicação de papeleiras e maior e melhor intervenção em todo o espaço público.

Dar também prioridade à construção de um centro de recolha de animais com condições do seu tratamento adequado, funcionando igualmente como apoio às famílias com animais de companhia ou que desejem adoptar.

Assegurar a limpeza das ribeiras e a sua renaturalização, bem como a preservação do litoral e da marginal do Douro e exigir os necessários apoios à defesa e melhoria da margem do Douro.

Defender a água pública como um bem público essencial à população.

11. Defender um urbanismo ao serviço da melhoria da qualidade de vida da população

Realizar um debate alargado com Juntas de Freguesia, Associações e aberto à população em geral em torno da elaboração do novo Plano Director Municipal e respectivos planos de pormenor no respeito pelas características da cidade, designadamente parques e espaços verdes e da escarpa do Douro, melhoria da mobilidade, defesa da habitação social e a preços controlados, construção de mais equipamentos sociais, educativos, desportivos e culturais.

12. Defender a segurança pública de proximidade

Reclamar o reforço de meios, incluindo novas esquadras, para policiamento de proximidade na cidade do Porto.

13. Defender a reposição das Freguesias do Porto

Continuar a defender a reposição das Freguesias e combater a legislação do governo PSD/CDS que extinguiu oito das 15 Freguesias da cidade do Porto, o que contribuiu para um maior afastamento das pessoas, dificultou o seu contacto

com os órgãos e os eleitos e contribuiu para fragilizar ainda mais os moradores e as instituições do centro histórico que ainda restam, designadamente da Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória.

14. Defender o reforço do poder local democrático

A defesa do poder local e da cooperação intermunicipal no contexto metropolitano, regional e nacional implicam também defender a transformação em autarquia da Área Metropolitana do Porto e o processo da criação das Regiões Administrativas numa perspectiva de maior participação das populações e de reforço da democracia participativa.

CDU – O projecto que faz a diferença no Porto

Trabalho – Honestidade - Competência

A CDU apresenta um projecto assente no trabalho e na experiência, na proximidade e no diálogo permanente com a população, corporizado em centenas de visitas, reuniões com as instituições da cidade e nesse instrumento único que é o Gabinete da CDU aberto à população, onde, neste mandato, foram recebidos cerca de 1600 portuenses. Um trabalho que confere à CDU um profundo conhecimento dos problemas e anseios das pessoas, assim como dos problemas estruturais que afectam o Porto. Esta é a marca que distingue a CDU, que não aparece apenas quando há eleições, cujas propostas se baseiam no conhecimento aprofundado da realidade do dia-a-dia da nossa cidade.